

A necessidade

de conseguir

25 FEV 1986

novos créditos

[assinatura]

HUGO MARTINEZ

Nosso correspondente

BUENOS AIRES — A semana econômica será marcada pela próxima reunião dos países que integram o comitê de acompanhamento do Consenso de Cartagena, na quinta e sexta-feira, em Punta del Este, no Uruguai. As funções desse grupo são específicas: como seu nome indica, tem por missão o exame permanente do tema da dívida externa e as variações que surgem, assim como verificar a execução das decisões. Além disso, seu segundo objetivo é produzir orientação sobre pautas de ação do grupo plenário. De modo que na reunião desta semana não haverá decisões do grupo plenário, apenas serão elaboradas alternativas a ser propostas ao plenário, que deve aceitá-las ou não.

A Argentina levará à reunião sua insistência em separar a dívida externa em "antiga" e "nova", exigindo para a primeira uma taxa muito mais baixa, e negociar para a segunda uma taxa de juros de acordo com as possibilidades de pagamento. O ministro da Economia do México, Jesus Silva Herzog, proporá que o teto da taxa de juros da dívida seja de 1,5% sobre a inflação dos Estados Unidos, que está agora em 3,8% ao ano.

Uma das necessidades prementes do grupo é a disponibilidade de créditos novos para colocar em marcha as respectivas economias. De modo que não só é preciso encontrar a maneira de pagamento, mas também de continuar contando com um fluxo crescente de capitais. O grupo de Cartagena, em conversações informais, estimou que as necessidades do continente superam os US\$ 80 bilhões. A proposta do Plano Baker é quase quatro vezes menor. Isso evidencia a distância entre os pedidos dos devedores e as propostas dos credores.

A premência do México e da Venezuela, devido à queda do preço do petróleo, aproximou as duas nações que até o momento não eram a vanguarda de Cartagena. A realidade mudou. A queda do petróleo leva o México à procura de novos créditos de US\$ 9 bilhões. Desse modo, houve uma aproximação da tese do presidente peruano Alan Garcia de relacionar o pagamento com uma porcentagem das exportações. Além do Peru, já o fez a Nigéria, e o ministro da Fazenda de Alfonsín insinuou que a Argentina só pagou no ano passado 29% do valor de suas exportações. Está provado que com os números se pode demonstrar qualquer coisa. Mas a Argentina pagou muito mais.

Pode-se afirmar que no total a Argentina pagou US\$ 4,6 bilhões pelos juros de sua dívida. A metade foi com recursos próprios. O resto com créditos tomados ao Exterior. Assim, os 28% representam o que "pagou de seu bolso", mas aumentou sua dívida com os créditos novos para pagar juros. A Argentina pagou, em termos reais, quase 45% de suas exportações; 29% com seus recursos e o resto com empréstimos. De qualquer maneira a situação não pode se repetir e a reunião de Cartagena em Punta del Este terá de sugerir a via factível de ação.